

PALAFITAS DE SANTOS E SÃO VICENTE – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Luis Fernando Camargo Guimarães

Fundação Armando Álvares Penteado

Recebido em: 10/08/09 Aceito em: 05/10/09 Publicado em: 04/06/10

Palavras-chave: Palafitas de Santos e São Vicente, Urbanização sustentável das palafitas, Poluição e degradação dos manguezais, Transporte fluvial.

1. Introdução

Este trabalho aborda o sistema construtivo das palafitas da região metropolitana da baixada santista, especificamente dos municípios de Santos e São Vicente.

Pouco divulgado pela mídia e desconhecido pela maior parte da população, esse miserável aglomerado habitacional de palafitas retrata a ausência e ineficiência do Poder Público nas questões habitacionais, urbanísticas, ambientais e de saneamento básico.

De forma objetiva, será demonstrada a falta de saneamento básico, a deficiência da infra-estrutura urbana, o não atendimento dos requisitos técnicos legais, que contrasta com a bela urbanização e infra-estrutura das áreas próximas à orla da praia dos municípios que integram a baixada santista.

A falta de ações e de planejamento técnico adequados sob uma ótica metropolitana, para a efetiva solução dos problemas, leva este trabalho a apresentar uma proposta sintetizada para a recuperação ambiental e urbanização regional de forma sustentável.

Na Baixada Santista a proliferação das palafitas deu-se no início dos anos 60 com o crescente e rápido desenvolvimento da região, através das construções de rodovias, principalmente na expansão das obras de construção civil, nas áreas industriais e portuárias, que fizeram migrar milhares de pessoas principalmente da região Nordeste do Brasil.

As áreas caracterizam-se pelas invasões ilegais, por meio da implantação de loteamentos clandestinos em áreas do estado, terrenos de marinha, áreas de proteção ambiental como: mangues, faixas junto aos rios; que reflete a efetiva ausência do estado e a transgressão dos princípios básicos das leis nas esferas municipais, estaduais e federais.

Em função do alto índice populacional, da inexistência do saneamento básico, da precariedade da infra-estrutura, do transporte público, das condições mínimas de habitação, o sistema construtivo

de palafita que ocupa os rios e mangues da Baixada Santista é sinônimo de favela e pobreza.

2. Material e Métodos

Para o presente estudo foram analisados os dados censitários disponíveis através dos órgãos públicos, dados e estudos de trabalhos realizados na região, as intervenções, as propostas e os planos atuais do governo para a urbanização e recuperação da área degradada dos municípios que integram o aglomerado de palafitas de Santos e São Vicente.

Embora sem o devido aprofundamento que a matéria merece, a questão da regularização fundiária regional foi tecnicamente estudada, observando-se os critérios legais vigentes para a viabilidade técnico legal da urbanização popular e da recuperação ambiental das áreas degradadas.

Foram verificadas as condições técnicas das palafitas, os sistemas e materiais construtivos, a disposição arquitetônica, a manutenção, a interação e a interferência com o meio ambiente, e a infra-estrutura fornecida pelo poder público.

De maneira informal, foram entrevistados moradores antigos com a finalidade de se obter o máximo de informações possíveis sobre os seus anseios, a vocação regional e o histórico da ocupação das áreas.

Por meio de análise dos estudos técnicos encomendados pela iniciativa privada visando a integração social regional da população de baixa renda que ocupam as áreas de difícil acesso; a questão do transporte fluvial que é pouco discutida pela sociedade e pelos órgãos públicos, foi analisada em função da rica e abundante estrutura natural existente, formada pelos rios e pelo sistema do manguezal que integram todos os municípios da Baixada Santista.

3. Resultados

Os dados censitários da população que reside nas palafitas da região metropolitana da Baixada Santista devem ser atualizados pelos órgãos públicos e divulgados para a sociedade, visando a discussão participativa, a adequação para o desenvolvimento, a eficiência dos projetos de infraestrutura, habitacionais e de recuperação ambiental.

Os atuais projetos habitacionais dos municípios de Santos e São Vicente devem ser revistos, uma vez que não atendem os anseios da população local, causam significativos danos ao ecossistema, despreza a vocação natural do sistema dos rios e manguezal, não possibilita a inclusão da população carente à economia local e certamente contribui para a continuidade da exclusão social e urbanística da região.

A criação e atualização das zonas especiais de interesse social (ZEIS) devem ser realizadas através de uma ação metropolitana para a Baixada Santista, visando a regulamentação urbanística para a recuperação das regiões dos assentamentos subnormais que estão inseridas em áreas da União e de preservação, permanente degradadas.

A ação conjunta dos municípios para a legalização dos terrenos urbanos é fator primordial para fornecer subsídios legais na realização de projetos habitacionais, visando garantir condições dignas de habitação para a população carente que reside nas palafitas.

As condições do aglomerado das palafitas são inaceitáveis para o atual desenvolvimento regional e o padrão da qualidade de vida das demais regiões, devendo o poder público intervir através de ações preventivas, promovendo a remoção das palafitas em riscos de estabilidade, atuando na fiscalização para que não se permita novas invasões, e criando mecanismos provisórios eficientes para o fornecimento da infraestrutura básica.

A urbanização do aglomerado das palafitas deverá estar voltado para a vocação natural das áreas de manguezais da Baixada Santista, possibilitando o desenvolvimento de novas oportunidades econômicas através da exploração das riquezas naturais e dos abundantes rios da bacia hidrográfica da região.

O sistema construtivo das palafitas se atendido todos os critérios técnicos, é o mais adequado para as regiões alagadas, uma vez que as edificações estarão protegidas das variações das fortes marés, ao contrário dos sistemas convencionais inseridos nos bairros urbanizados nos mangues, que sofrem com as constantes inundações em função dos problemas de drenagem.

As urbanizações do aglomerado das palafitas deverão estar alicerçadas em amplo projeto urbanístico a ser elaborado para toda a região metropolitana e servirão como limite físico dos rios, não permitindo novas invasões.

A implantação do transporte fluvial além de possibilitar a integração da população de baixa renda da região metropolitana, proporcionará a significativa redução do custo e do tempo do transporte urbano e interurbano, além de melhorar e dar condições ao desenvolvimento regional dando oportunidade de novos postos de trabalho à população local.

4. Discussão

Podem-se considerar cinco pontos como de suma importância para a viabilização da recuperação e urbanização, de forma sustentável, das áreas ilegais e degradadas das palafitas da Baixada Santista:

1 - Atualização da Regularização Fundiária através das zonas especiais de interesses sociais (ZEIS) das áreas invadidas, áreas da União e Áreas de Preservação Permanente (APP), visando fornecer instrumentos para a legalização dos projetos urbanísticos e habitacionais.

2 - Elaboração de projeto para a recuperação ambiental da área degradada e a elaboração de política pública de conscientização ecológica regional.

3 - Elaboração de plano para implantação de obras de saneamento básico e de infraestrutura urbana para toda a região das palafitas inseridas na região metropolitana da Baixada Santista.

4 - Construção de habitações populares, preservando-se a vocação e a característica natural por meio da urbanização das palafitas.

5 - Implantação e desenvolvimento do transporte fluvial como meio de transporte urbano popular para a Baixada Santista, visando o desenvolvimento e integração regional.

É dever dos municípios, do estado e da União discutir o desenvolvimento de projetos visando o desenvolvimento sustentável regional, aplicando os investimentos necessários para a recuperação ambiental, urbanização e obras de infraestrutura, tudo obviamente alicerçado em um adequado plano de regularização fundiária, visando erradicar a miserável condição de habitabilidade do aglomerado das palafitas.

5. Referências

- AGEM. Agência Metropolitana da Baixada Santista. Disponível em: <http://www.agem.sp.gov.br>. Acesso em 12/12/2008.
- BERTON, Paula. Portal do arquiteto: ponto de vista. Disponível em <http://www.portaldoarquiteto.com/ponto-de-vista/Paula-Berton-Arq-Paula-Berton>. Acesso em 10/01/2009.
- CONAMA. Conselho nacional do meio Ambiente. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama>. Acesso em 20/01/2009.
- FERNANDES, DALVA; Grão do trigo: mapa da exdusão [e] inclusão da Região Metropolitana da Baixada Santista. 1997.
- GLOSSÁRIO. Avaliações e Perícias: atuação profissional. Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE). São Paulo, 1996.
- IBAPE (São Paulo). Apostila do Curso de Perícias Ambientais. São Paulo, 1998.
- LIPORONI, Sérgio; BENITE Odair. Posse e domínio. 2005.
- NERI, MARCELO. Trata Brasil: saneamento e saúde. FGV/IBRE, CPS, 2007.
- NOBRE, JR. Dissertação, Mestrado e Doutorado: proposta para um novo Brasil. 2007.